



**PROJETO DE LEI Nº 96/2023**

**Autora:** Vereadora Solange Duailibe

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL PAPELARIA DO POVO, COM O OBJETIVO DE FORNECER MATERIAL ESCOLAR, LIVROS DIDÁTICOS E JOGOS EDUCATIVOS, A PREÇO DE CUSTO, PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE PALMAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**, Estado do Tocantins, aprova:

Artigo 1º Fica instituído o Programa Municipal Papelaria do Povo, com o objetivo de fornecer material escolar, livros didáticos e jogos educativos, a preço de custo, para a população de baixa renda do Município de Palmas.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considerar-se-á de baixa renda o cidadão com renda familiar de até dois salários mínimos.

Artigo 2º A comprovação da renda familiar dar-se-á mediante apresentação de documento comprovante de renda no ato da efetuação do cadastro.

Parágrafo 1º Compete ao estabelecimento efetuar o cadastro do cliente para efetivar-se a compra.

Parágrafo 2º Ao cliente cadastrado será fornecido cartão de identificação no qual constará o seu número de cadastro.

Artigo 3º O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades privadas para a implantação do objeto de que trata esta Lei.

I – as parcerias firmadas se efetivarão mediante o recebimento de doações, apoio logístico e de divulgação por parte das empresas privadas;



II – as empresas que estabelecerem convênio com o Município para fins desta Lei poderão divulgar seu nome, marca e logotipo, tanto nas dependências da livraria quanto nos materiais escolares doados; e

III – as empresas conveniadas receberão da Prefeitura um selo de “Empresa Amiga do Estudante”.

Artigo 4º A seleção dos funcionários que atuarão na papelaria dar-se-á por meio da análise curricular do desempenho escolar de alunos das escolas de nível médio da rede pública de ensino.

Artigo 5º A Prefeitura deverá publicar, no Diário Oficial do Município, edital de abertura de inscrições para a o processo de seleção dos funcionários.

Artigo 6º Ato do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Artigo 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

Levando em consideração que a cidade de Palmas é uma cidade onde grande parte da população possui renda até dois salários mínimos e possuem filhos, na grande maioria mais de um, na escola. A compra de material escolar por parte destas famílias é algo que certamente pesa consideravelmente nos seus bolsos, uma vez que este dinheiro poderia ser empregado para suprir outras demandas.

A implantação da Papelaria de Povo vem buscar oferecer a população, em especial à de baixa renda, material escolar a um preço mais acessível, reduzindo o peso da compra de materiais escolares no orçamento doméstico destas famílias de baixa renda.

O presente projeto também se caracteriza pelo caráter da geração de emprego e renda, além de proporcionar aos estudantes da rede pública de ensino uma oportunidade de ingressarem no mercado de trabalho e de adquirir experiência, vencendo essa grande barreira tão exigido pelas empresas em seus processos de seleção de mão de obra.



Portanto, que está casa aprove esta Lei como uma forma de contribuir com aqueles que necessitam e também como uma forma de benefício às pessoas mais carentes que tem dificuldades para comprar material escolar, muitas vezes para vários filhos, e até mesmo de manter seus filhos na escola.

Pelo exposto, e tendo em vista tratar-se de uma matéria de relevante interesse social, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de lei

Sala das Sessões, Palmas – TO, 08 de agosto de 2023.

**SOLANGE DUAILIBE**

Vereadora